

# MARIA ARCHER: UMA ETNÓGRAFA AMADORA NA IMPRENSA COLONIAL<sup>◊</sup>

Gemma Nadal\*

## Resumo

A partir do estudo de caso de três artigos de Maria Archer – escritora portuguesa que começou a escrever dentro do cânone da literatura colonial e que experimentou tal evolução literária e ideológica que acabou por ser perseguida pela PIDE e por se exilar no Brasil – publicados na revista *Portugal Colonial*, neste artigo pretende-se analisar a dimensão etnográfica dos mesmos e dar visibilidade à participação feminina na imprensa colonial portuguesa. Assim, visa-se refletir sobre os espaços e as formas mediante as quais a imprensa colonial permitiu o acesso de autoras à publicação, a necessidade de reivindicar as genealogias femininas e os processos de apagamento das mulheres que não seguiram as regras.

**Palavras chave:** Maria Archer, literatura colonial, imprensa colonial, *Portugal Colonial*, etnografia amadora

## Abstract

### **Maria Archer: an amateur ethnographer in the colonial press**

Starting from the case study of three Maria Archer articles – a Portuguese writer that began to write inside the canon of colonial literature and then followed a literary and ideological evolution that led her to being pursued by the political police (PIDE) and to exile in Brazil – published in the magazine *Portugal Colonial*, this paper intends to analyse in this paper their ethnographic dimension and to give visibility to feminine participation in the Portuguese colonial press. Thus, the aim is to scrutinize the spaces and forms by which the colonial press allowed female authors to be published, the need to claim feminine genealogies and the processes of erasure of women that did not follow the rules.

**Keywords:** Maria Archer, colonial literature, colonial periodical press, *Portugal Colonial*, amateur ethnography

## Resumen

### **Maria Archer: una etnógrafa amateur en la prensa colonial**

A partir del estudio de caso de tres artículos de Maria Archer – escritora portuguesa que empezó a escribir dentro del canon de la literatura colonial y que experimentó tal evolución literaria e ideológica que acabó siendo perseguida por la policía política (PIDE) y exiliándose en Brasil – publicados en la revista *Portugal Colonial*, en este artículo se pretende analizar la dimensión etnográfica de los mismos y dar visibilidad a la participación femenina en la prensa colonial portuguesa. De este modo, se pretende reflexionar sobre los

<sup>◊</sup> A autora agradece as propostas de melhoria do conteúdo do artigo resultantes do processo de avaliação anónima.

\* Doutoranda na Universitat Rovira i Virgili, Carrer de l'Escorxador, 43003 Tarragona, España.  
Endereço postal: c/ Aribau, Escala Esquerra, 2n 2a – 08011 Barcelona, España.  
Endereço eletrónico: nadal.gemma@gmail.com  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6490-0655>

espacios y las formas mediante las cuales la prensa colonial permitió publicar a autoras, la necesidad de reivindicar las genealogías femeninas y los procesos de silenciamiento de las mujeres que no siguieron las reglas.

**Palabras clave:** Maria Archer, literatura colonial, prensa colonial, *Portugal Colonial*, etnografía *amateur*.

## Introdução

Maria Archer – cujo verdadeiro nome era Maria Emília Eyrolles Baltazar Moreira, nascida em 1899 em Lisboa e falecida em 1982 na mesma cidade – é um vulto invulgar na literatura portuguesa. Autora de numerosas obras de quase todos os géneros (romances, crónicas, teatro, artigos de imprensa), viveu durante longos períodos, desde muito nova, na Guiné-Bissau, Angola e Moçambique e, mais tarde, no Brasil. Independente, viajante e divorciada, foi sempre uma mulher à frente da sua época, razão pela qual pagou um preço elevado.

Neste artigo, focar-me-ei nas três colaborações que Archer publicou na *Portugal Colonial*, revista que se editou em Lisboa entre março de 1931 e fevereiro de 1937, num total de 72 números. A escolha destes artigos responde ao facto de que a *Portugal Colonial* foi uma publicação emblemática da imprensa colonial portuguesa,<sup>1</sup> que contou com colaborações pontuais de mulheres.

## Maria Archer, uma escritora silenciada

Maria Archer constitui um caso curioso, não único, de invisibilização progressiva de uma voz e de uma figura literária que tinha tido um certo sucesso de edições e de leitores. Maria Teresa Horta, no prefácio da reedição de *Ela é apenas mulher* – romance de Archer publicado em 1944 –, afirma que o seu apagamento da história da literatura portuguesa se deveu ao facto de ter transgredido as regras: «Com Maria Archer, a tática foi diferente: Apagaram-na. Afastaram-na. Eu diria até: arrancaram o seu nome, pura e simplesmente, da História da Literatura Contemporânea Portuguesa» (Horta 2001, vi). Se olharmos para ela – e para todas as outras mulheres apagadas, silenciadas, ignoradas – a partir do momento atual dos estudos feministas e do início do que parece ser uma etapa de empoderamento global da mulher, não podemos deixar de pensar que são magníficos exemplos para «visibilizar atos excepcionais e provar a importância histórica da mulher que “transgride as normas” e sai do seu lugar» (McDowell 2000, 303).

---

<sup>1</sup> Joana Ferreira faz uma análise do discurso utilizado no primeiro número da revista e chega à conclusão de que nesta publicação «existe uma forte e constante veneração aos colonizadores, através essencialmente da adjetivação e da oposição entre o *Nós* e os *Outros*» (Ferreira 2017, 41).

De facto, uma década antes de Maria Archer publicar o seu primeiro livro, a escritora sua contemporânea Teresa Leitão de Barros (1898-1983) tinha já reivindicado a necessidade de dar visibilidade à obra de autoras portuguesas esquecidas:

começar a desenrolar o fio do engenho feminino que atravessa toda a história da nossa Literatura e que, quando não tivesse razões para ser um motivo de orgulho, seria pelo menos um grito de vida, a atestar que o génio feminino português, que acaso ainda virá a entrar na sua era de esplendor, começou a existir em era já remota e possui tradições de relativa superioridade (*apud* Vicente e Vicente 2015, 45).

No que diz respeito aos temas pelos quais foi silenciada, Maria Archer escreveu sobre a situação da mulher sem poupar nenhuma das violências quotidianas a que era submetida, coisa que lhe valeu, em plena ditadura do Estado Novo, ser considerada imoral e sofrer tanto a intervenção da censura como, finalmente, o exílio no Brasil (Bordeira 2014, 88-89; Battista, 2015, 42-43).

As causas da censura e do apagamento por parte do Estado Novo dum reduzido número de escritoras poderiam ser fruto «da ideia de que o acto de escrita era já, *per se*, um acto performativo de desconstrução de uma ordem social politicamente imposta» (Pedrosa 2017, 2). Archer, em alguns dos seus romances, questiona os usos e costumes da sociedade portuguesa, nesse momento ancorados nos códigos impostos pela ditadura.

### Percursos coloniais

Aparentemente revela-se curiosa esta trajetória para quem começou a escrever dentro do cânone da literatura colonial,<sup>2</sup> propiciado pela ditadura e estimulado por via do Concurso de Literatura Colonial e de outras iniciativas da Agência Geral das Colónias, já que a partir do século XIX as mulheres envolvidas na luta antiesclavagista e antirracista constataram que os mecanismos com que se marginalizavam os negros eram os mesmos com que se submetiam as mulheres (Moi 1995, 35). Contudo, há que reconhecer que o feminismo nem sempre exclui posições colonialistas ou racistas.

Assim, Maria Archer publicou diversas obras centradas nas suas estadias em África nas quais tinha a seu favor, além da perícia literária, o conhecimento direto

---

<sup>2</sup> O objetivo das suas obras de temática colonial está sintetizado neste excerto de Roteiro *do Mundo Português*: «Nunca ninguém lhes contou o que são as nossas oito colónias de além-mar? Como as descobrimos no segrêdo [*sic*] do oceano temeroso, como as conquistámos palmo a palmo, como as povoámos de gente nossa, como as fecundámos, até fazermos delas a continuidade imperial da nossa terra?» (Archer 1940, 9). Nesta altura da sua vida não questiona o relato oficial, pelo menos publicamente, e as suas referências à colonização omitem a escravatura.

dos assuntos de que tratava,<sup>3</sup> requisito importante na hora de valorar uma obra considerada dentro do marco da literatura colonial.

Os autores e as autoras de literatura colonial foram utilizados pelo regime – direta e indiretamente – como propagandistas da missão de enaltecer e justificar a necessidade de manter as colónias portuguesas. Na década de 1930, quando Maria Archer começou a publicar, houve um ressurgir de discursos regeneradores da pátria veiculados através da propaganda, entre os quais estava a ideia de Portugal enveredar pelo seu destino de império colonizador (Rosas 1998, 259).

Os livros de Maria Archer que partem da sua experiência nas colónias<sup>4</sup> contribuíram para o objetivo propagandístico que o regime visava através da ação da Agência Geral das Colónias, entidade que tinha como missão central organizar a propaganda do império colonial português. Assim, nas palavras de Leonor Pires Martins «Naquele [*Colónias Piscatórias em Angola*], mas também em outros textos, a pena da escritora foi comandada por interesses económicos e por uma visão mercantilista da colonização» (Martins 2004, 89) Quer dizer, a Maria Archer que é considerada imoral e censurada é aquela dos romances citadinos, nos quais é capaz de retratar a condição absolutamente subordinada da mulher e falar de assuntos impensáveis naquela altura, como o aborto. Nas obras enquadradas dentro da literatura colonial, encontra-se uma autora ao serviço dos propósitos do regime no que diz respeito à política colonial.

Quanto às suas colaborações na imprensa colonial, Maria Archer escreveu em publicações como *Portugal Colonial*, *O Mundo Português*, *Ultramamar* ou *Revista de Angola*.

Não era nada estranho para uma mulher minimamente formada conseguir publicar na imprensa, especialmente na feminina, já que existia a ideia de que esses textos não podiam representar nenhum tipo de ameaça; quando esta se concretizou em forma de empoderamento, o Estado Novo apressurou-se, por exemplo, a encerrar em 1947 a revista *Alma Feminina*, chamada no seu início *Boletim do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas* (Vicente e Vicente 2015, 42).

A *Portugal Colonial* – onde Maria Archer colaborou, como já se disse – foi fundada e dirigida, na sua primeira série, por Henrique Galvão, que passaria de ser salazarista convicto a conspirador contra o regime e que, em 1961, comandaria a operação de desvio do pacote *Santa Maria*, que pretendia denunciar a realidade das ditaduras

<sup>3</sup> Henrique Galvão (militar, escritor e diretor da revista *Portugal Colonial*, na qual Archer colaborou) resumiu deste modo – num artigo em que criticava a eleição para o Concurso de Literatura Colonial de jurados que nunca tinham ido às colónias – as características que deveria reunir uma obra «colonial»: «Aquele que é só escritor será juiz quanto à forma literária, mas terá fatalmente que olhar como *palácio para boi* para a ideia colonial, a verdade ou falsidade das descrições, dos cenários, dos ambientes, das figuras, de tudo, enfim, que constitui *[sic]* a essência dum livro de *literatura colonial*» (Galvão 1931a, 25).

<sup>4</sup> Como *Roteiro do mundo português* (1940), *Herança Lusíada* (s.d.), *Angola Filme* (s.d.), etc.

ibéricas. Assim, *Portugal Colonial* tinha o subtítulo de *Revista de Propaganda e Expansão Cultural* e contava com uma equipa de colaboradores muito diversa, que tratavam de assuntos relacionados com a atualidade das colónias a partir de diferentes âmbitos (economia, etnografia, estatística, geografia, etc.). Maria Archer contribuiu para a publicação com textos destinados à «Página Literária» que estão a meio caminho entre a literatura e a etnografia. Não é a única mulher que escreve neste média, também o fizeram outras autoras: Guilhermina de Azevedo, Alice M. Barreira Antunes Gomes e Sousa, Esther Gil Nobre, Berta Leite, Amália Proença Norte e Maria Anna Acciaioi Tamagnini, quase sempre na página dedicada a colaborações literárias, com algumas exceções.<sup>5</sup>

Como no caso das suas obras coloniais, os artigos de Maria Archer na *Portugal Colonial* veiculam a propaganda da ideia de império, expressa na apresentação que Henrique Galvão, o seu diretor, faz no número 1 da revista:

A «Portugal Colonial» nasce pois dentro dêste [*sic*] pensamento: Contribuir, na medida das suas possibilidades e com a pureza das suas intenções, até onde consiga realiza-las [*sic*], para o restabelecimento dum sentido colonial que não pode ser prerrogativa [*sic*] dum grupo sem unidade, mas que tem de ser bussola [*sic*] e facho de quantos são alumados pelo sol do Império Português (Galvão 1931b, 2).

Nas referidas colaborações, Archer não questiona nada, não põe em evidência o papel da mulher branca nem muito menos a dupla colonização da mulher negra, simplesmente escreve dentro do cânone, o que, como a quase todas as outras colaboradoras, reduz a sua possibilidade de publicar na revista ao espaço do pitoresco, no sentido dos temas tratados, que é a *Página Literária*.

A participação de mulheres em publicações periódicas responde em parte à demanda de conhecimento a partir do século XIX por parte da sociedade civil, razão pela qual as autoras, e também as leitoras, começaram a ter uma visibilidade maior neste âmbito (Lledó 2012, 569).

E de facto, se Maria Archer pode escrever, sem ter formação para isso,<sup>6</sup> a partir de uma perspetiva «etnográfica» é porque existe «uma ideologia da dife-

<sup>5</sup> Como os artigos de Berta Leite «O fim dum grande principio» (publicado no número 45, de novembro de 1934), que louva a Primeira Exposição Colonial, e «Alerta por Portugal» (publicado no número 50, de abril de 1935), que defende encarniçadamente o que chama de «património colonial». Ambos os artigos são, como todos os outros publicados na *Portugal Colonial*, propagandísticos, mas diferenciam-se dos outros escritos por mulheres pelo teor não literário nem exótico do texto. São pura e simplesmente artigos de propaganda.

<sup>6</sup> Gilberto Freyre, sociólogo e antropólogo brasileiro conhecido pela sua teoria lusotropicalista, escreveu no prefácio a *Herança Lusíada*, obra de Maria Archer, que a autora «poderia ser hoje em língua portuguesa uma espécie do que a anglo-americana Margaret Mead é em língua inglesa, se ao talento literário juntasse formação científica em Antropologia e Sociologia» (Freyre s.d.: 9). E mais adiante volta a insistir no assunto: «Maria Archer talvez seja a mulher portuguesa que,

rença sexual que atribui à mulher a capacidade para representar a verdade íntima ou moral do negro, por oposição aos interesses legais, políticos ou científicos a que obedeceria a representação masculina» (Ferreira 1996, 89). As páginas de *Portugal Colonial* são um perfeito exemplo desta categorização: mulheres só para fazer poesia ou escrever em termos já nem sequer exóticos, senão às vezes tão-somente pitorescos.

Com efeito, a própria Maria Archer parece querer fazer perdoar o facto de se atrever a escrever com recurso ao simples propósito de passar o tempo: «Escrevi «África Selvagem» para encher o vácuo doloroso de horas infundas, com o mesmo pensamento a desviar-me de todas as ufanias do mundo» (Archer s.d., 15). A intenção instrutiva ou alfabetizadora que podiam ter estes textos – nem que fosse ao nível da divulgação superficial da realidade física e humana das colónias – autorizava e legitimava, como vinha acontecendo a partir da segunda metade do século XIX, a prática da escrita por parte da «mulher doméstica virtuosa» (Blanco 1998: 29). Portanto, a colaboração na «Página Literária» da *Portugal Colonial* das autoras mencionadas anteriormente não deixa de ser o retrato da atribuição do âmbito doméstico que corresponde à mulher. À parte as exceções citadas, as autoras ocupam o espaço que têm reservado na cultura por causa do seu género. Assim, nas palavras de Alda Lara:

Se se suscita a pergunta de como o género opera através de toda a cultura, a investigação sobre a domesticidade tem demonstrado plenamente que a diferenciação social estrutura o mundo através da noção de duas esferas que, apesar de serem simétricas e estarem hierarquizadas, estão entretecidas, e nas quais a oposição masculino/feminino é assumida como alguma coisa natural e constitutiva da base sobre a qual se constrói toda outra série de oposições: público/privado, razão/emoção e intelectual/moral (Blanco 1998, 20).

### Uma etnógrafa amadora

No número 48, de fevereiro de 1935, da *Portugal Colonial*, Maria Archer publica um artigo na secção «Página Literária», que leva nesta ocasião o subtítulo «Etnografia», intitulado «Boschjmans (Os homens dos bosques)», cujo conteúdo aparece recolhido em livros da autora, como *África Selvagem*, publicado no mesmo ano em Lisboa. É este um procedimento usual nela: aproveitar, aumentar, refundir o mesmo material para diferentes publicações.

Este texto pretende ser, como o subtítulo indica, uma tentativa de aproximação etnográfica aos bosquímanos. Na realidade, constitui uma afirmação da superioridade dos colonizadores perante os negros e da superioridade dos negros

---

neste particular – o estudo do trópico por portugueses –, melhor venha suprimindo a ausência em Portugal ou no Brasil de uma Ruth Benedict, ou de uma Margaret Mead» (Freyre s.d.: 10-11).

que trabalham – nas oficinas, nas habitações, nos campos, nas estradas de África –; os negros que vêm a Portugal acompanhando africanistas como isco à pasmaceira e car-taz exótico; os negros que decoram de realces bárbaros as paradas europeias onde se expõe o nosso poderio colonial (Archer 1935a, 12).

Quer dizer, dos negros colonizados, diante da não-humanidade dos bosquíma-nos ainda por colonizar.

O tom geral do artigo girará, portanto, em torno da inferiorização dos bos-químanos relativamente ao resto dos povos, incluindo os negros africanos:

homens horríveis, habitando nos recôncavos mais sáfaros do sáfaro sertão, diferindo dos negros e intensamente desprezados por eles. Pela primeira vez se soube, na Europa, da existência de um povo de duvidosa humanidade, mais retardado, mais selvagem, que todos os outros povos conhecidos sôbre [*sic*] a terra (Archer 1935a: 12).

Para apoiar a sua tese recorrerá à autoridade de exploradores lendários como Livingstone<sup>7</sup> e Stanley – que acrescentam um pouco de exotismo a nível superficial, mas, se se aprofundasse na análise, ver-se-ia que Stanley só seguiu a rota dos mercadores de escravos suaílis e árabes (Westenfelder 2002, 229) – e pátrios como Serpa Pinto, Capelo e Ivens,<sup>8</sup> que já tinham descrito os bosquímanos com palavras truculentas. Como se verá mais adiante, Archer voltará a invocar as *auctoritas*, quase sempre masculinas, em outros artigos.<sup>9</sup>

A introdução não poupa alusões que adocicam a época das «Descobertas» no sentido de contribuir para lembrar o princípio basilar da unidade indissolúvel da nação, entendida como a união entre o Portugal continental e as colónias, consa-grado no Ato Colonial (1930), que se tinha descurado no período republicano (Torre Gómez 2011, 31):

Na época em que os portugueses firmaram com o rei do Congo a política amistosa que lhes abriu o interior africano como franzir de cortinado abre salão, devassaram a selva desmedida em aventurosas travessias e explorações heróicas, tão perfeitas no êxito

---

<sup>7</sup> Alice M. Barreira Antunes Gomes e Sousa cita também o explorador Livingstone, em três oca-siões, no artigo «O lago Niassa (excerptos [*sic*] dum diário)», publicado na *Portugal Colonial* número 50 (abril de 1935).

<sup>8</sup> Maria Archer cinge-se sempre à narrativa de exaltação do império português que veiculavam os órgãos propagandísticos do Estado. Nesta altura da sua vida, não questiona o relato oficial e as suas referências à colonização omitem a escravatura. No seu exílio, quando adota posições anti-fascistas, critica as políticas de discriminação racial (Bordeira 2014, 103).

<sup>9</sup> Por exemplo, no número 16-17, de janeiro a junho de 1936, do *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*, publica outro artigo sobre os bosquímanos intitulado «Os homens dos bosques e a civilização primitiva», no qual retoma uma parte do artigo da *Portugal Colonial*, mas com uma intenção mais científica, e onde volta a invocar Capelo e Ivens, mas sobretudo autoridades mas-culinas como Freud, Frazer, M. Topinard, E. B. Tylor e monsenhor Alves da Cunha.

que ainda hoje são admiradas e mesmo confirmadas nas conclusões científicas atingidas (Archer 1935a, 12).

Curiosamente, a autora introduz a ideia de que o homem branco ainda não conhece a essência do negro: «Esses negros, que desde os séculos medievais das descobertas Portugal conhece e contudo ignora, são na verdade os grandes ocupadores de África» (Archer 1935a, 12). Este parágrafo, como outros das suas obras, revelam uma certa ambiguidade no que diz respeito à sua posição como colonialista. Neste sentido, Ana Paula Ferreira afirma que o trabalho da autora em relação à divulgação da realidade africana «poderia ser entendido como uma intervenção em defesa dos direitos humanos dos colonizados. Esta intervenção articula-se num plano abstracto que, pelo menos em princípio, não ameaça a ideologia colonialista» (Ferreira 1996, 93).

Por outro lado, neste texto, não se apela a nenhuma autoridade feminina nem se fala de mulheres em geral senão para afirmar que as mulheres bosquímanas apresentam deformações físicas (e a seguir fala-se também das deformações dos homens) ou para se referir aos mestiços fruto «da anastomose dos homens da raça invasora, triunfante, com as mulheres do povo vencido, pisado» (Archer 1935a, 12).

No segundo artigo publicado por Maria Archer na «Página Literária» da *Portugal Colonial*, no número 51 de maio de 1935, a protagonista de «A bailadeira da Índia», tal como o próprio título indica, é uma bailarina. Nesta ocasião a autora vai recorrer à metaliteratura como fio condutor do relato, em que dialogará com figuras históricas e literárias. Logo no início começa com uma breve recensão da obra *A mulher na Índia portuguesa*, da escritora Propércia Correia Afonso de Figueiredo,<sup>10</sup> de quem diz que é uma ilustre autora hindu de casta brâmane em cuja obra se vai inspirar para escrever o seu texto.

No entanto, no caso deste artigo concreto, e apesar de se inscrever na lógica colonial, desvenda-nos a figura de Propércia Correia Afonso de Figueiredo, aspeto que contribui para visibilizar uma autora esquecida e para construir uma genealogia de mulheres que desafiaram as convenções da sua época em contextos particularmente adversos à sua emancipação. Archer, com a reivindicação desta escritora como fonte a partir da qual escreve, está a entrecruzar a categoria género com o que na altura era considerado como «raça» – ainda que com menção à casta brâmane à qual pertence (que constitui o elemento que a eleva acima dos outros «hindus», certamente; de burguesa a burguesa, portanto) – e converte-a na primeira referência do texto, na primeira autoridade<sup>11</sup> a quem recorre e à qual se seguem as

<sup>10</sup> Propércia Correia Afonso de Figueiredo (1881-1944) foi uma pedagoga, professora e escritora goesa. É autora de diferentes obras, entre as quais se destaca *A mulher na Índia portuguesa*, com a qual ganhou em 1933 um prémio de Literatura Colonial promovido pela Agência Geral das Colónias.

<sup>11</sup> Filipa Lowndes Vicente, que tem estudado as escritoras goesas, afirma que «Remy Antonio Dias considerou Propércia Correia Afonso de Figueiredo como talvez a única autora que tratou o tema

outras referências masculinas. O que é que nos diz, à primeira vista, esta referência? Que algumas mulheres burguesas da época do Estado Novo, na metrópole e nas colónias, podiam ter um espaço de expressão sempre que não questionassem, e até colaborassem, na propaganda colonial. Há que ressaltar também que a autora que visibiliza é «uma ilustre escritora hindu, brâmane de carta [*sic*] – o sangue indiano de maior nobreza», ainda que seguidamente acrescenta que a sua é «uma obra de subido mérito que a coloca na resumida fileira das mulheres de letras que disputam aos homens palmas e louros» (Archer 1935b, 13), à maneira de uma *captatio benevolentiae* dos leitores homens. Em resumo, Archer está a invocar uma autoridade feminina ao criar o seu escrito a partir do original da escritora indiana e ao restabelecer a genealogia mãe-filha (neste caso, literária) apagada pelo patriarcado (Irigaray 1992, 14).

Uma vez introduzida a origem do seu artigo, o núcleo da narração são as bailarinas sagradas da Índia. Como nas obras em que aborda a condição da mulher, não evita falar de assuntos que normalmente uma mulher da sua classe não mencionaria, como é a prostituição,<sup>12</sup> mas tudo tratado como um autêntico artefacto orientalista (Said 1991, 18), envolto em aromas de jasmim, que apelará a figuras do passado inscritas na tradição do exotismo ou da expansão ultramarina portuguesa.

A seguir, a segunda referência que introduz é a de Afonso Mexia, capitão da Capitania de Cochim e autor de um *Foral dos Usos e Costumes dos gancares e lavradores da Ilha de Goa e outras anexas*, assinado em 1526, só para adicionar que Mexia chama as bailadeiras de «mulheres do pagode, que são mancebas do mundo» (Archer 1935b, 13). Vemos aqui que depois de ter mencionado uma autogoesa, alude a um membro da administração colonial portuguesa em Goa. De alguma maneira está a mapear a presença portuguesa na Índia. E é muito curioso que escolha a bailarina, a prostituta, como imagem que representa o território. No entanto, se lermos nas entrelinhas, é possível perceber que Archer está a fazer o relatório da situação das mulheres obrigadas a exercer a prostituição na Índia por causa, como ela diz, da «fatalidade do nascimento». Assim como em obras de temática urbana Archer tratará do aborto, da necessidade de independência económica, da prostituição, entre outros temas relativos à discriminação da mulher, este artigo é uma maneira de introduzir no discurso colonial uma situação de evidente injustiça para as mulheres indianas.

---

das «bailadeiras» (bailarinas indianas) de uma maneira histórica e contemporânea, e não a partir da construção poética habitual que satisfazia as expectativas orientalistas, mas não acrescentava nada sobre os seus problemas sociais» (Vicente 2017, 336).

<sup>12</sup> De facto, Rosa María Pérez – que defende que as representações imperiais europeias da Índia foram construídas sobre noções de género – afirma que a ideia da bailadeira de Propécia Correia (constante na sua obra *A mulher na Índia Portuguesa*, de 1933) contém provavelmente a expressão mais representativa da moral católica colonial no que diz respeito à bailadeira (Pérez 2005, 135).

Este argumento parece confirmar-se com a menção à Bárbara Escrava, de Camões, e a transcrição de uma parte do poema. Temos aqui mais uma vez a assimilação do território colonizado com uma mulher escravizada. A seguir, porém, inclui uma descrição da Índia em termos totalmente orientalistas

essa Índia de mistérios e monstros, país de sonho pontuado com pagodes hidróticos de deuses horrendos, avassalados por rajahs empenachados de aigrettes, e nebulado pelos panejamentos das gazes ondulantes nas danças hieráticas da bailadeira do templo gentio, sacerdotisa e prostituta – por ritual sagrado (Archer 1935b, 14).

Não seria arriscado pensar que a autora está a escrever para se ajustar às exigências do subgênero colonial, mas que, no fundo, quer falar do assunto que marcou toda a sua obra não colonialista: a condição da mulher. A abordagem deste tema, todavia, elabora uma representação, a da «mulher do terceiro mundo», que é «construída de maneira arbitrária, mas que, não obstante, leva a firma autorizada do discurso humanista ocidental» (Mohanty 2000-2001, 46).

Nos parágrafos seguintes invoca a Teófilo Braga, escritor e político, considerado o primeiro etnólogo português que tratou a psicologia étnica e um dos pais fundadores da antropologia portuguesa (Leal 2006, 70), e a Tomás Ribeiro, que além de escritor foi secretário-geral da Índia portuguesa, que também descreveram a bailadeira indiana em termos orientalistas. Como nos fragmentos anteriores, a autora continua a desenhar, por meio dos autores mencionados, uma geografia política e cultural de Goa, que tinha sido um território quase esquecido pela metrópole até à chegada do século XX, quando experimentou uma revalorização quanto à sua pertença ao império (Bastos 2006, 246).

Como se não bastasse com a caracterização da bailarina e da Índia a partir do exotismo, cita também Marco Polo, de quem diz que também escreveu sobre a origem destas bailarinas sagradas. No entanto, seguindo a linha de todo o artigo, contrapõe à narração das desventuras das bailarinas sobre um pano de fundo orientalista a citação de um alvará do Governo da Índia, de 12 de outubro de 1700, que «parece pregão bíblico, de morte, tortura e execração, banindo a bailadeira da face da terra e da vida» (Archer 1935b, 15). A seguir, porém, mais uma vez, insere uma citação de Pierre Loti, oficial da marinha e escritor que também escolheu os caminhos do exotismo literário.

No fim da narração, apesar do aparente deleite numa prosa que se detém nos pormenores exóticos e pitorescos, Maria Archer consegue contrapor essa Índia de sonho com a dura realidade:

Casam-se as crianças acabadas de nascer, queimam-se, em fogueiras de lenhas perfumadas como turíbulo de altar, a viuvez das mocidades em flor. E nos pagodes bramânicos, ao ritmo dolente da música, tauxiadas de oiro, pingadas de jóias, nebuladas de gazes, dansam [sic] as bailadeiras sagradas, as sacerdotisas dos deuses hindus, «as mulheres do pagode, que são mancebas do mundo» (Archer 1935b, 15).

Como já se apontou anteriormente, parece que a autora quer enquadrar as suas obras dentro do cânone da literatura colonial, seja para tirar proveito do seu conhecimento dalguns países, seja porque era relativamente fácil publicar para quem tivesse essa experiência e umas mínimas aptidões literárias.

Quanto ao terceiro artigo que publica na *Portugal Colonial*, no número 62, com data de abril de 1936, este consiste na transcrição de um trecho «do livro de Maria Archer recentemente publicado», tal como diz o subtítulo da «Página Literária». O fragmento intitula-se «O leão, o elefante e o [sic] lebre», e consiste numa narração que mistura a tradição da fábula ocidental com a africana. Assim, a lebre,<sup>13</sup> vestida com um luxuoso traje africano, convive com o leão, que diz de si próprio que não é mais do que um João Ninguém, e um sábio, mas cobarde elefante, numa aventura que junta habilmente motivos de ambas as tradições. O curioso desta narração é que põe em evidência a ambiguidade da autora no que diz respeito ao colonialismo, tendo em vista o teor do artigo anteriormente comentado, já que aqui reivindica e valoriza a tradição africana:

La Fontaine colheria nos negros fontes inesgotáveis de fábulas inéditas. Na prosopopeia gentílica variam dos dele personagens e cenário, e a lebre ladina desbanca a comadre raposa, e a selva não desdobra planos aconchegados. Mas a ideia persiste na mesma igualdade e o sentir brota das mesmas emoções. São lampejos da alma humana, irmã em todos os homens, única, eterna, e sem côr [sic] (Archer 1936, 23).

É difícil interpretar esta ambivalência: a explicação mais simples seria atribuí-la a uma evolução do pensamento da autora à medida que vai refletindo sobre a questão, mas se calhar a sua intenção real é transmitir a ideia de oralidade como característica dos povos menos evoluídos. Assim poderia deduzir-se das palavras de Ana Paula Ferreira:

Esta intervenção articula-se num plano abstracto que, pelo menos em princípio, não ameaça a ideologia colonialista. A Autora não hesita em recorrer ao género da oralidade popular (portuguesa) para valorizar «singularidades» que são, segundo o seu ponto de vista, índice palpável de uma radical similitude de experiência humana (Ferreira 1996, 93).

De qualquer maneira, estas recolhas de dados, tradições, observações da realidade africana a que se entrega Maria Archer (há que lembrar que estes artigos são uma amostra do que faz por extenso nos seus livros sobre as colónias) não são de

---

<sup>13</sup> É possível que a escolha da lebre como personagem principal da fábula tenha que ver com a estadia de Maria Archer na Guiné durante a sua juventude, já que esta é uma das figuras principais do fabulário guineense (Montenegro 2009, 24), mas na tentativa de mostrar «essa similitude da experiência humana» a que se refere, escolhe também um animal presente e reconhecível nas fábulas ocidentais.

forma alguma desdenháveis, ainda que venham de uma etnógrafa «amadora», já que constitui um arquivo de memória tanto para os antigos colonizadores quanto para os colonizados. Há uma certa intenção «enciclopédica» nas obras de Archer que parece perseguir este propósito e, de facto, poucos anos depois da publicação dos seus livros, vemos já como essa inquietude pela custódia da memória é formulada a partir dos teóricos da etnografia:

ao estudar as suas culturas fornecemos a estes colonizados materiais susceptíveis, em todo o caso, de os ajudar a definir a sua vocação e que mais não fazemos, por outro lado, do que cumprir estritamente a nossa função de homens de ciência ao deixá-los extrair benefícios destes trabalhos que lhes dizem respeito em primeira mão, pela simples razão de eles constituírem a respectiva matéria. Criar para estes povos arquivos em que se possam basear – mesmo para aqueles que, conhecendo a escrita, estão em condições de ter uma história composta de outros dados, para além das tradições orais, mas que não dispõem ainda de métodos que lhes permitam efectuar o estudo positivo da sua própria vida social – é um trabalho cujo interesse não pode ser menos-prezado, do ponto de vista não só do conhecimento em geral, mas da consciência que estes povos possam adquirir de si mesmos (Leiris 2011, 209-210).<sup>14</sup>

Com efeito, os textos de Maria Archer, assim como todos os que dizem respeito à colonização, estão a criar um repositório coletivo cujo valor é o do serem testemunho de uma época e matéria de investigação, tal como afirma Ângela Guimarães:

A história colonial e a sua ideologia de apoio, que foi ensinada na escola e por diversos meios de propaganda a sucessivas gerações de portugueses, transportam numerosas mistificações à volta de factos e personagens e revelam deliberado baralhar de pistas que constituem em si elementos do processo e não devem ser tomados como fonte de conhecimento, mas sim como objecto de estudo (Guimarães 1983, 1089).<sup>15</sup>

### À maneira de conclusão

Em conclusão, Maria Archer soube aproveitar o seu conhecimento direto da realidade de algumas colónias para publicar, de maneira prolífica durante muitos anos, livros e artigos de temática colonial. No que diz respeito à sua atividade como jornalista, colaborou em diferentes publicações da imprensa colonial com textos claramente propagandísticos. No entanto, há que dizer que ainda que, às vezes, a sua posição diante do colonialismo seja de uma certa ambiguidade, não questiona nem ataca os fundamentos do sistema colonialista.

<sup>14</sup> Tradução de Manuela Ribeiro Sanches.

<sup>15</sup> *apud* Maria Paula Meneses, «O indígena africano e o colono 'europeu': a construção da diferença por processos legais», *ecadernos ces*, 2010, 7.

Assim, o que parece evidente é que a sua evolução política, que a levou a militar no MUD (Movimento de Unidade Democrática) e a adotar posições anti-fascistas (Bordeira 2014, 80) que se materializaram na publicação no Brasil, durante o seu exílio, do livro *Os últimos dias do fascismo português*, não parece ter equivalência com uma atitude manifestamente anticolonialista. Neste sentido, é Gilberto Freyre, como já se apontou anteriormente, o conhecido sociólogo brasileiro, quem faz o prefácio do seu livro *Herança Lusíada*, o que pode dar uma ideia das suas convicções.

Não é possível duvidar, no entanto, do seu compromisso com a denúncia das violências sofridas pelas mulheres que, em maior ou menor grau, aparece em todos os seus livros urbanos e nas entrelinhas de alguns dos seus escritos coloniais. A sua vida, igualmente, constitui um modelo de mulher livre que deve ser recuperado e visibilizado a fim de formar parte das genealogias femininas.

Cabe destacar o facto de ter sido censurada e apagada pelo regime do Estado Novo por refletir nas suas obras realidades sociais que o regime não estava disposto a deixar transparecer de maneira nenhuma, razão pela qual foi impelida a abandonar o país por causa de ter perdido o seu sustento.

No que diz respeito às suas colaborações na imprensa portuguesa, estas podem representar um material de estudo valioso sobre o papel da mulher na sociedade portuguesa e nas colónias e um repositório da memória duma época. Igualmente, os seus apontamentos «etnográficos» podem ser uma fonte de dados sempre que sejam abordados a partir de uma perspetiva descolonizadora.

## Referências bibliográficas

- Archer, Maria. s.d. *África Selvagem. Folclore dos negros do grupo «Bantu»*. Lisboa: Livraria Editora Guimarães & Cia.
- Archer, Maria. 1935a. «Boschjmans (Os homens dos bosques)». *Portugal Colonial* 48: 12-13. Disponível em [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/PortugalColonial/N48/N48\\_master/PortugalColonial\\_N48\\_Fev1935.pdf](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/PortugalColonial/N48/N48_master/PortugalColonial_N48_Fev1935.pdf)
- Archer, Maria. 1935b. «A bailadeira da Índia». *Portugal Colonial* 51: 13-15.
- Archer, Maria. 1936. «O leão, o elefante e o lebre». *Portugal Colonial* 62: 16-17 e 23. Disponível em [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/PortugalColonial/N62/N62\\_master/PortugalColonialN62.pdf](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/PortugalColonial/N62/N62_master/PortugalColonialN62.pdf)
- Archer, Maria. 1940. *Roteiro do mundo português*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Bastos, Cristiana. 2006. «Goa em 1942. A retórica do império e as ambiguidades do nacionalismo». In *Portugal não é um país pequeno. Contar o império na pós-colonialidade*, organizado por Manuela Ribeiro Sanches, 229-247. Lisboa: Cotovia.
- Battista, Elisabeth. 2015. *Maria Archer. O legado de uma escritora viajante*. Lisboa: Colibri.
- Blanco, Alda. 1998. «Escritora, feminidad y escritura en la España de medio siglo». In *Breve historia feminista de la literatura española (en lengua castellana)*. V. *La Literatura escrita por mujer (Del s. XIX a la actualidad)*, coordenação de Iris M. Zavala, 9-38. Barcelona: Anthropos.
- Bordeira, Guilherme. 2014. *Acerca de Maria Archer*. Lisboa: Edições Vieira da Silva.

- Ferreira, Ana Paula. 1996. «'Continentes negros' com nome de Portugal: o 'feitiço' colonialista de Maria Archer». *Discursos: estudos de língua e cultura portuguesa* 13: 85-98. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.2/4221>
- Ferreira, Joana. 2017. «A construção da imagem do colonizador na revista Portugal Colonial». *ELINGUP. Revista Eletrónica de Linguística dos Estudantes da Universidade do Porto* 6: 31-55. Disponível em [ojs.letras.up.pt/index.php/elingUP/article/view/4204](http://ojs.letras.up.pt/index.php/elingUP/article/view/4204)
- Freyre, Gilberto. s.d. «Prefácio». In *Herança Lusíada*, de Maria Archer, 9-11. Lisboa: Edições Sousa e Costa.
- Galvão, Henrique. 1931a. «O Concurso de Literatura Colonial. Uma realização interessante em risco de transformar-se numa força sem interesse». *Portugal Colonial* 10: 25-26. Disponível em [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/PortugalColonial/N10/N10\\_master/PortugalColonialN10.pdf](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/PortugalColonial/N10/N10_master/PortugalColonialN10.pdf)
- Galvão, Henrique. 1931b. «Portugal Colonial. Uma apresentação». *Portugal Colonial* 1: 1-2. Disponível em [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/PortugalColonial/N01/N01\\_master/PortugalColonialN01.pdf](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/PortugalColonial/N01/N01_master/PortugalColonialN01.pdf)
- Horta, Maria Teresa. 2001. «Prefácio». In *Ela é apenas mulher*, de Maria Archer, V-XII. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.
- Irigaray, Luce. 1992. *Yo, tú, nosotras*. Madrid: Ediciones Cátedra.
- Leal, João. 2006. «O império escondido: camponeses, construção da nação e império na antropologia portuguesa». In *Portugal não é um país pequeno. Contar o império na pós-colonialidade*, organizado por Manuela Ribeiro Sanches, 63-79. Lisboa: Cotovia.
- Leiris, Michel. 2011. «O etnógrafo perante o colonialismo», traduzido por Manuela Ribeiro Sanches. In *Malhas que os impérios tecem*, organizado por Manuela Ribeiro Sanches, 199-217. Lisboa: Edições 70.
- Lledó Patiño, Mercedes. 2012. «La visibilidad de las escritoras del s. XIX en el espacio público de la prensa». *Estudios sobre el mensaje periodístico* 18: 569-575. Disponível em <http://revistas.ucm.es/index.php/esmp/article/view/40936/0>
- Martins, Leonor Pires. 2004. «Menina e moça em África. Maria Archer e a literatura colonial portuguesa». *Lusotopie* XII (1-2): 77-91. DOI: <https://doi.org/10.1163/17683084-0120102007>
- Mcdowell, Linda. 2000. *Género, identidad y lugar*. Madrid: Ediciones Cátedra.
- Meneses, Maria Paula. 2010. «O indígena africano e o colono 'europeu': a construção da diferença por processos legais». *e-cadernos ces* [online] 07: 68-93. DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.403>
- Mohanty, Chandra Talpade. 2000-2001. «Bajo la mirada occidental: la crítica feminista y los discursos coloniales». *Nerter* 2: 46-48.
- Moi, Toril. 1995. *Teoría literaria feminista*. Madrid: Ediciones Cátedra.
- Montenegro, Teresa. 2009. *As enxadas do rei. Os animais no imaginário guineense*. Bissau: Ku Si Mon Editora.
- Pedrosa, Ana Bárbara Martins. 2017. *Escritoras portuguesas e Estado Novo: as obras que a ditadura tentou apagar da vida pública*. Trabalho de investigação apresentado ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/183612>
- Pérez, Rosa Maria. 2005. «The Rethoric of Empire. Gender representations in Portuguese India». *Portuguese Studies* 21: 126-141. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/41105241>
- Rosas, Fernando (coord). 1998. *O Estado Novo (1926-1974)*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Said, Edward. 1991. *Orientalism. Identitat, negació i violència*. Vic: Eumo Editorial.
- Torre Gómez, Hipólito de la. 2011. *O Estado Novo de Salazar*. Alfragide: Texto Editores.

- Vicente, Ana, e Filipa Lowndes Vicente. 2015. «Fora dos cânones: mulheres artistas e escritoras no Portugal de princípios do século XX». *Faces de Eva. Estudos sobre a mulher* 33: 37-51. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/19985>
- Vicente, Filipa Lowndes. 2017. «Portuguese-speaking Goan Women Writers in Late Colonial India (1860-1940)». *Portuguese Studies Review* 25 (1): 315-345.
- Westenfelder, Frank. 2002. «Geografía y protagonistas de um mito. Mercenarios y aventureros blancos en África Central». In *Planeta Kurtz*, organizado por Jorge Luis Marzo e Marc Roig, 223-251. Barcelona: Mondadori.

**Gemma Nadal.** Professora no Institut Emperador Carles de Barcelona, Espanha. Licenciada em Filologia Catalã e em Filologia Portuguesa, e DEA em Filologia Românica. Doutoranda em Estudos Humanísticos na Universitat Rovira i Virgili. Os seus interesses de investigação focam-se nas literaturas portuguesa e catalã contemporâneas, na literatura da memória e nos estudos pós-coloniais, feministas e do subalterno. É autora de artigos sobre literatura portuguesa e sobre escrita criativa e tradutora de várias obras.

Endereço eletrónico: [nadal.gemma@gmail.com](mailto:nadal.gemma@gmail.com)

*Artigo recebido em 16 de janeiro de 2019 e aprovado para publicação em 5 de abril de 2019.*